

RODOVIÁRIA TERÁ TETO RECONSTITUÍDO

A Secretaria de Obras do Distrito Federal terá de reconstruir a laje da plataforma superior da Rodoviária obedecendo características construtivas e originais da época de sua realização. A laje foi demolida irregularmente há uma semana, o que causou polêmica.

A determinação é do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que enviou ofício ao secretário Hermes de Paula. "O GDF se precipitou ao demolir a laje sem antes apresentar um projeto", afirmou o presidente da entidade, Glauco Campello.

A secretaria retoma as reformas na segunda-feira. Mas até que seja apresentado o projeto definitivo e aprovado pelo Iphan, só podem ser feitas obras de manutenção e pontuais, como a recuperação do teto de gesso e substituições das instalações elétricas e hidráulicas. "Eles não podem construir um banheiro de forma diferente, por exemplo", ressaltou Glauco Campello.

A polêmica da reforma da Rodoviária voltou à tona há uma semana quando parte do teto da plataforma superior foi demolido sem a autorização do Iphan. A Secretaria de Obras só enviou o projeto básico de restauração dois dias depois de pôr a laje abaixo.

O secretário Hermes de Paula alegou que a estrutura estava comprometida e não poderia ser restaurada. "A laje não se sustentava mais. Tinha problemas irreparáveis", justificou. O Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) classificou a demolição como um grave precedente contra as regras de preservação de Brasília.

TOMBAMENTO

A Rodoviária é um bem tombado como patrimônio histórico e protegida pela Portaria 314/92, que disciplina as normas de preservação de Brasília. Com base na norma, o procurador-geral da República em Brasília, Antônio Car-

Carlos Vieira



Até que o Iphan aprove projeto de reconstrução da laje da plataforma, só obras de manutenção podem ser feitas

los Bigonha, determinou a instauração de inquérito policial para apurar responsabilidades no caso. "Houve uma lesão na estrutura do prédio tombado. O que ocorreu no sábado passado foi um crime", afirmou Bigonha.

A Polícia Federal, encarregada do caso, aguarda a chegada de um perito da superintendência do Rio Grande Sul, especializado em engenharia civil. Será feita perícia técnica para detectar o nível de destruição da estrutura. Se ficar constatado dano ao bem tombado, os responsáveis responderão criminalmente e podem receber pena que varia de seis meses a dois anos de detenção.

"Não cometemos crime algum", defendeu-se Hermes de Paula. O secretário de obras recebeu parecer do Iphan e afirmou que grande parte das reformas foi aprovada pelo órgão. Mas se recusou a detalhar o parecer do presidente do Iphan

sobre o projeto de recuperação. "Eles aprovaram uns pontos e reprovaram outros. Mas não temos o interesse de divulgar isso agora porque ainda há alguns pontos a esclarecer", limitou-se a comentar, sem citar o teor do documento.

O **Correio** teve acesso ao parecer enviado ao secretário. O Iphan exigiu a apresentação do projeto definitivo para o início das obras. E proibiu a introdução das passarelas para pedestres, a construção de subsolo para embarque e desembarque de passageiros na parte voltada para a Esplanada dos Ministérios, e o estacionamento de ônibus na área rebaixada do subsolo.

Glauco Campello disse que se a laje for reconstituída em sua originalidade arquitetônica, não ficará classificado dano ao bem tombado. "Isso esvazia qualquer ação do Ministério Público contra nós", disse Hermes de Paula.

"A Secretaria de Obras avançou o sinal", comentou o presidente do IAB, Haroldo Pinheiro. Segundo ele, há um dano técnico irreparável à estrutura do teto da plataforma demolida. O IAB insiste na tese de que a laje seria perfeitamente recuperável em suas condições originais. "Foi cometido um ato ilegal. Eles não poderiam ter demolido antes de apresentar projeto ao Iphan", insiste.

Apesar de toda a polêmica, o secretário Hermes de Paula garantiu que o cronograma de obras — previstas para acabar em setembro deste ano — será mantido. "Vamos trabalhar nesse sentido", garantiu. O que contrariou as declarações do secretário de Comunicação, Gonzaga Motta, dadas no começo da semana passada ao **Correio**. "Não há nenhum planejamento nem trabalho por parte do governo de encerrar a reforma antes da eleição", afirmou na ocasião.